



O CONSELHO DE CLASSE DO CAP/UFAC: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

STUDENT EVALUATION BOARD OF LABORARY SCHOOL OF FEDERAL UNIVERSITY OF ACRE: LIMITS AND POSSIBILITIES FOR PARTICIPATION OF THE SCHOOL COMMUNITY

Consuelo Paulino Bylaardt¹; Gilberto Francisco Alves de Melo¹

¹ Universidade Federal do Acre, Colégio de Aplicação, Rio Branco, Acre, Brasil.

*Autor correspondente: Consuelo Paulino Bylaardt. E-mail: consulisbyla@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender como o Conselho de Classe do Colégio de Aplicação/UFAC, como instância colegiada, pode efetivar a participação democrática da comunidade escolar (alunos, pais e funcionários). Este pressuposto está ancorado no papel que esta unidade desempenha, qual seja, a função de trabalhar com ensino, pesquisa, extensão, formação de professores, campo de estágio supervisionado e de inovações pedagógicas. O referencial teórico está amparado em autores que estudam e/ou investigam as temáticas de Conselho de Classe, Avaliação, Gestão Democrática e Organização do Trabalho Pedagógico. Por sua vez, a metodologia é qualitativa de natureza bibliográfica. Os resultados indicam a necessidade de conhecimento por parte do corpo docente sobre o funcionamento do conselho de classe, além da participação da comunidade escolar na construção e avaliação dessa instância, com suporte na reflexão sobre as práticas avaliativas, visando a melhoria das aprendizagens e do trabalho dos professores. Todavia, compreender o Conselho Escolar incide numa visão sistêmica de escola, onde este está articulado ao Regimento Interno e Projeto Político-Pedagógico.

Palavras-Chave: Conselho de classe; Colégio de Aplicação da UFAC; Avaliação; Comunidade Escolar; Gestão Democrática.

Abstract

The purpose of this study is to reflect and analyze how the Student evaluation board of the Laboratory School of the Federal University of Acre, as a collegiate body, can affect the democratic participation of the school community (students, parents, teachers and employees). This assumption is anchored in the role that this unit plays of working with teaching, research, school programs, teacher training, supervised internship field and pedagogical innovations. That is what is the most appropriate way to work or administer the student evaluation board with the objective of become an auxiliary for pedagogical planners of the school, in the revision and self-evaluation of the teaching work, the improvement of the work and group reflection involving the entire school community. The methodology is bibliographic in nature. The results points the need for knowledge on the part of the teaching staff about the functioning of the student evaluation board, in addition to the participation of the school community in the construction and evaluation of the instance, supported by reflection on the practical practices evaluated to improve the learning process and work of teachers. However the student evaluation board includes a systemic view of the school, where it is linked to the Internal Regulations and Political-Pedagogical Project.

Keywords: Student Evaluation Board; Laboratory School of Federal University of Acre; School Evaluation; School Community; Democratic Management.



INTRODUÇÃO

O conselho de classe tem sido objeto de estudos de diversos profissionais da educação. Pesquisadores da área apontam o papel dessa instância que pressupõe uma escola pautada na Gestão Democrática, onde os diversos atores (professores, coordenação, alunos e pais) tenham vez e voz. Esta premissa tem fundamentação legal na LDB na qual

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
(...) VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; [1]

Com base na legislação vigente, nos estudos e nas pesquisas sobre o tema e as práticas dos diversos atores envolvidos, é possível e necessário construir e dinamizar de forma colaborativa o conselho de classe. Isto posto, de modo específico, defendemos este pressuposto no contexto do Colégio de Aplicação/UFAC¹, com a justificativa de que pelo papel que desempenha, qual seja, o de trabalhar com ensino, pesquisa, extensão, formação de professores, campo de estágio supervisionado e de inovações pedagógicas. Em outras palavras, o nosso olhar sobre essa instância não se reduziria a um momento no calendário para cumprimento formal da avaliação dos alunos, mas abriria um horizonte de possibilidades vinculadas às dimensões constitutivas do seu papel para o qual fora criado em algumas Universidades, especialmente a UFAC.

A recente aprovação da BNCC (2019-2020) [2] coloca importante desafio de repensar o Projeto Político-Pedagógico [3], o Conselho de Classe e o Regimento Interno [4], que ora se encontra em fase de reformulação. Trata-se, pois, de construir de forma colaborativa, a unidade de ação dessas instâncias a favor de um projeto de colégio que atenda as demandas de toda a comunidade, constituída de forma legítima e democrática por via do sorteio público.

Colocadas tais questões prévias, é oportuno destacar que este texto foi escrito por docentes e surgiu através de reflexões críticas e observações ocasionadas durante a participação dos conselhos de classe do CAp – UFAC. De modo específico, as inquietações percebidas nas reuniões se situavam em: foco apenas na avaliação dos (as) alunos (as) visando à aprovação ou não; ausência de discussão do sobre o PPP; da avaliação da prática pedagógica dos (as) professores (as); do trabalho dos demais agentes (Coordenação, técnicos-administrativos e Direção); ausência de representantes de alunos (as) e pais e/ou responsáveis e a avaliação do trabalho do Colégio frente ao seu papel institucional.

Decorrente destas e de outras observações e reflexões, colocamos as questões: quais são os objetivos e finalidades do conselho de classe? Como ele funciona? Como deve ser conduzido? Quem deve participar? Quem são os sujeitos e as práticas a serem avaliados? Quais as concepções de ensino e aprendizagem devem ser construídas e alimentadas?

Do exposto, apresentamos, brevemente, o contexto histórico e o surgimento do conselho de classe. Depois, será discutido o conselho de classe em si: seu funcionamento, objetivos, finalidades, as funções de cada membro. Por fim, serão examinadas as diversas concepções que permeiam o conselho de classe, bem como algumas possibilidades de se trabalhar na prática no âmbito do Colégio de Aplicação/UFAC.

¹ As Escolas/Colégios de Aplicação, em sua maior parte, foram criados por força do Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946.



MATERIAL E MÉTODOS

Sem dúvidas, a pesquisa bibliográfica possui um papel fundamental em todo e qualquer trabalho acadêmico. Ela situa o pesquisador sobre o que já foi produzido sobre o assunto, ajuda a delimitar o foco da pesquisa, o tema, ajuda a formular a pergunta-problema, e ainda, como é o caso deste artigo, coloca o pesquisador, de forma exploratória, em contato com o assunto a ser abordado.

No caso deste estudo, exclusivamente bibliográfico, o objetivo é aprofundar o conhecimento sobre instâncias colegiadas na escola de educação básica, através de uma leitura crítica-reflexiva pela visão de docentes, com a finalidade de atuar de forma mais incisiva no conselho de classe, contribuindo para uma discussão mais aprofundada e atuando de forma mais coerente com as práticas pedagógicas, incluindo a reformulação do currículo e o processo avaliativo no contexto do Colégio de Aplicação da UFAC.

Para tanto, cabe destacar que foram consultados cinco artigos que tratam do tema [5] [6] [7] [8] [9], Dissertações [10] [11] [12] [13] [14] [15] [16] [17] [18] e um livro [19], além de documentos e pareceres específicos como a LDB [1] e o Projeto Político Pedagógico do CAp – UFAC [3].

Considerações sobre o conselho de classe

Para o início da reflexão, é essencial o conhecimento sobre as origens dessa instância, para melhor compreender o papel do conselho de classe na atualidade, como defende [19] para quem

O conhecimento das origens da configuração da instância é fundamental porque fornece bases para entender sua orientação política inicial e os rumos dados no decorrer dos tempos, permitindo redimensionar os equívocos do passado e construir novas práticas. [19] (p. 36)

Essa instância vem sendo (re)significada em relação ao seu papel no contexto escolar, face às mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais expressas nos diversos contextos, e em especial no Brasil.

De acordo com [19], o conselho de classe² diferentemente de como conhecemos hoje, surgiu por volta de 1945, na França por conta de uma reforma educacional, que tinha como finalidade “organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos, com vistas a oferecer, a cada um, o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões” [19] (p. 22). Essa forma que, de certa maneira, avaliava e classificava os (as) alunos (as) para orientar a formação destes, consistiu em uma primeira versão de conselho de classe e acrescenta que “a análise da gênese do conselho de classe apresenta-se como marco direcional do presente estudo por considerar que ela contém em si as contradições que o determinarão na sua prática cotidiana das escolas” [19] (p. 21).

Pode-se observar que a composição do conselho de classe francês é abrangente, tendo um caráter específico, dirigido para a seleção e a distribuição do alunado no sistema dualista, implantado da França naquele período. Os pareceres desse conselho de classe serviriam para orientar o acesso dos alunos às diversas modalidades de ensino (clássico ou técnico), conforme as “aptidões” e o “caráter” aí “observados” [19] (p. 22).

Esta proposta de conselho de classe foi trazida para o Brasil por educadores brasileiros que estagiaram na França, porém, inserida dentro do ideário escolanovista na década de 1960. Para [19], dentro das diversas transformações sociais e históricas, principalmente no Brasil, o conselho de classe como instância colegiada foi, aos poucos, se delineando de acordo com as

² Para maiores detalhes, consultar Dalben (1995) DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho Escolar e conselho de classe**. 2ªed. Campinas, SP: Papirus, 1995.



modificações e criações de Leis, Pareceres e Normativas que, ao longo de décadas, foi desenhando o contorno das concepções pedagógicas e de organização escolar no Brasil. Segunda a autora, a expansão e a formalização do conselho de classe começa a partir da criação da Lei 5.962/71, que “surge para dirigir o sistema escolar por meio de um processo político pautado pelo autoritarismo, sem a participação de setores representativos da nacionalidade” [19] (p. 24).

Voltada para a formação tecnicista, a LDB estava direcionada para o treinamento dos (as) alunos (as) para o mercado de trabalho “segundo a racionalidade própria do modo de produção capitalista” [19] (p. 24). O momento em questão pauta-se na interferência na educação Brasileira através da “parceria” MEC/Usaid³. Assim, com a LDB, finalmente, tem-se a normatização legal dessa instância a compor o cenário escolar, como destaca [19],

Anteriormente à lei nº 5.692/71, o conselho de classe não se apresentava como instância formalmente instituída na escola, acontecendo, como a firma Rocha (1986), de forma espontânea em escola que voluntariamente se dispusesse a enxergá-lo como de importância pedagógica. Sua implantação, entretanto, não se deu claramente por meio da nova lei, mas ocorreu indiretamente, por intermédio de orientações vindas do modelo de escola proposto pelo Premem, que apresentava o conselho de classe como órgão constituinte da escola. [19] (p. 26)

Essas orientações estabeleceram-se através de pedidos de esclarecimento sobre a Lei 5.692/71 pelas Secretarias Estaduais de Educação, que passaram a produzir “pareceres e resoluções orientadores, que, de certa forma, encaminhava as discussões para a formalização de instâncias de avaliação coletiva na escola, do tipo conselho de classe” [19] (p. 26). Surge um modelo de escola organizado de forma interna e, até certo ponto, autônoma, através de normativas e pareceres das próprias escolas; dentre esses regimentos, encontram-se instituídos os conselhos de classe.

Nessa linha de raciocínio, o importante é compreender que o conselho de classe surge em um contexto conflituoso de ideologias entre o controle autoritário político-governamental e ao mesmo tempo aberto, sem regulamentar de forma clara o funcionamento das instâncias escolares. O que surge, principalmente, como característica formal do conselho de classe é a necessidade de avaliação coletiva de todos os segmentos da escola, um espaço onde se entrecruzam as visões das diversas esferas e níveis de funcionamento da escola.

Revisão bibliográfica

Dentre o material bibliográfico pesquisado para realizar a escrita deste artigo, pode-se perceber que a maioria surgiu em razão de questionamentos sobre o funcionamento adequado dos conselhos de classe e, principalmente, através de críticas em relação à condução deles nas escolas.

[15] investigou analiticamente o funcionamento, estruturação e condições de atendimento aos objetivos previstos nas normativas do Sistema Educacional de Minas Gerais. O estudo de caso fora conduzido em 7 escolas estaduais de ensino fundamental II, focalizando a produção de dados em uma escola. Dentre os principais resultados “[...], o conselho de classe tem a capacidade dinamizadora do coletivo escolar pela via dos processos de gestão do ensino, ao constituir-se em um espaço prioritário de discussão e planejamento das intervenções

³ Os Acordos MEC-USAID consistiram em uma série de convênios assinados entre o MEC e o *United States Agency for International Development* (USAID) durante a ditadura militar em 1964 com o objetivo de realizar uma reforma em todos os níveis de ensino no Brasil adotando o modelo norte-americano. Implementados no Brasil com a lei 5.540/68, as negociações foram feitas em sigilo e sem nenhuma participação popular e só se tornaram públicos em novembro de 1966, após intensa pressão política e popular.



pedagógicas" [15] (p.9). A propósito, corroboramos com a autora, sobre a necessidade de (re)significação deste espaço por todos os membros, com vistas a alargar a compreensão de seu papel no contexto de uma gestão democrática.

Já [18] investigou e analisou como é realizado o conselho de classe no CEPAE/UFG e suas implicações na avaliação da aprendizagem e na organização do trabalho pedagógico. Fora realizado um estudo de caso sobre os conselhos de classe das turmas de 9º ano (A e B) do ano letivo de 2017. Os resultados indicam que

conselho de classe não tem exercido sua dimensão democrática com rigor e que a categoria central do conselho de classe é a avaliação da aprendizagem desconexa do par dialético objetivos/avaliação, tornando a avaliação um elemento burocrático, técnico, comprometendo as reflexões do processo pedagógico da escola. [18] (p.9)

O trabalho de Silva (2018) reforça a necessidade de os Colégios de Aplicação e, sobretudo, do CAP/U FAC, pautarem o debate interno sobre essa instância avaliativa com base nos resultados da pesquisa e em articulação com o papel deste tipo de Colégio.

A pesquisa de [10] teve como objetivos verificar como tem sido estruturada a participação, seus acertos e desacertos na construção da gestão democrática da escola, de modo a desvelar o processo de implantação e entender como se dão as relações entre avaliação e aprendizagem em sala de aula. A metodologia utilizada foi a de caráter etnográfico em uma escola estadual pública da cidade de São Bernardo do Campo/SP. E como resultados principais verificou-se que "a participação é mediada por relações de poder, que se revelam a partir da interpretação das falas, e que estas se apresentam como determinantes para a ampliação da democracia dentro do ambiente escolar" [10] (p.6).

Em [11], o eixo principal das análises e reflexões desenvolvidas neste estudo é o conselho de classe e série, como espaço de avaliação, pelo qual passa todo o resultado do processo educativo, desenvolvido pelo coletivo de professores, em suas respectivas disciplinas. O desenvolvimento do estudo teve como embasamento reflexões, análises e pesquisas sobre teóricos da educação brasileira e francesa, que examinaram a estreita ligação entre o ensino escolar e a exclusão social. A metodologia investigativa utilizada envolveu a observação e a participação direta nos conselhos e a aplicação de questionários aos pais, professores e alunos. As discussões nos conselhos de classe e série mostram que ocorre uma avaliação oculta e não formal do cotidiano da sala de aula e que esta pode concorrer para ocasionar a repetência e a exclusão escolar do aluno.

O interesse de [12] em sua pesquisa teve como objetivo verificar como vem sendo estruturada a participação da comunidade na construção da gestão democrática da escola, principalmente nas práticas do conselho de classe e série. A metodologia consistiu num estudo de caso em duas escolas públicas de São Paulo, sendo os dados construídos mediante análise documental e entrevista com pais, alunos, professores e gestores sobre a realização das reuniões, porém não apresentou os resultados.

Já [13] teve como objetivo entender a organização e o funcionamento do conselho, verificando-se que tipo de avaliação é praticado nessa instância pelos professores e corpo técnico. A metodologia foi de natureza qualitativa, sendo realizada em duas escolas públicas estaduais de ensino do município de Florianópolis/SC, no período de novembro do ano 2000 a dezembro do ano 2001. Os dados foram construídos com os seguintes instrumentos: a) entrevistas com professores e corpo técnico a fim de captar o sentido e a organização do conselho de classe; b) observação de conselhos de 5ª e 6ª séries, objetivando entender o funcionamento do conselho; c) pesquisa documental sobre a legislação que regulamenta as escolas estudadas, com o intuito de compreender as normas de funcionamento do conselho de classe e as



orientações para a avaliação. Os resultados indicam

a importância da avaliação no Conselho de Classe, seja ele participativo ou não, por entendê-lo como o espaço para os educadores refletirem a prática pedagógica na relação com a aprendizagem dos alunos. A avaliação praticada no Conselho de Classe, nas duas escolas pesquisadas, apresenta marcas do caráter conservador da prática escolar tradicional verificadas nos discursos de alguns sujeitos da pesquisa e na observação dos Conselhos. Isso mostra o quanto a proposta da legislação para uma avaliação fundamentada na abordagem histórico-cultural ainda se encontra pouco contemplada no processo de avaliação do CC. [13] (p.6)

[17] investigou o funcionamento dos conselhos de classe no regime escolar dos ciclos na rede pública municipal de ensino de Santo André, região do ABC paulista, em três gestões administrativas (1997-2008). Dentre os objetivos, a autora destaca: investigar a relação entre a concepção pedagógica dos ciclos e a forma como foram encaminhadas as discussões dos alunos em situação de fracasso escolar; analisar as queixas e os encaminhamentos mencionados pelos professores nos conselhos de classe; investigar a incidência dos dados apresentados nas atas dos conselhos de classe nas modalidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e analisar o entendimento dos sujeitos educacionais que vivenciaram a concepção pedagógica dos ciclos e dos conselhos de classe e que obtiveram êxito em sua prática, seja em sala de aula ou na gestão educacional.

A pesquisa é de natureza qualitativa, baseada em dados documentais, observações e entrevistas semiestruturadas, realizadas com professores e técnicos da Secretaria de Educação e Formação Profissional (SEFP). Dentre os resultados,

Busca mostrar que o trato pedagógico direcionado a alunos em dificuldade de aprendizagem evidencia os esforços, as possibilidades e as contradições encontradas no discurso dos diferentes segmentos que compartilham da realidade escolar. Percebe-se que mesmo dinamizando a prática pedagógica ou propondo outros critérios de composição das turmas, o que ocorre é um movimento de inércia que reforça a constante busca pela homogeneização do alunado. [17] (p.9)

Uma pesquisa etnográfica sobre fracasso escolar [7], através de observações sistemáticas de conselhos de classe em escolas da zona rural do Rio de Janeiro, relata que:

Nos Conselhos de Classe, percebeu-se a existência de uma orquestração de falas de professoras que ratificam mutuamente suas impressões sobre os resultados escolares de seus alunos e alunas. Tal orquestração caracteriza-se por expressões articuladas, de forma interpolada, em conjunto, pelo grupo, constituindo-se numa decisão final sobre o sucesso ou o fracasso do aluno ou da aluna. Observou-se a indefinição e a ausência de critérios avaliativos de origem acadêmica sendo substituídos por apreciações subjetivas sobre o aluno ou a aluna. O que se conclui disso é que esta forma de avaliação torna os alunos e as alunas com dificuldades educacionais vulneráveis às decisões do Conselho, favorecendo seu fracasso escolar e sua exclusão do ensino fundamental do sistema educacional. [7] (p. 215)

Em outro artigo [5], o autor propõe-se a discutir e colocar algumas considerações sobre o conselho de classe, realizando as seguintes constatações:

verificamos que, na maioria das escolas, funcionam como um espaço que tem como foco as notas e o comportamento dos discentes e não são avaliadas as práticas pedagógicas em sala de aula. Participando de um Conselho de classe em uma escola da rede pública estadual, verificamos que o foco principal da reunião é o rendimento e a disciplina do aluno no âmbito escolar [...]. A discussão entre



professores e coordenadores pedagógicos gira em torno de aprovar ou reprovar os alunos, analisando o que está sendo relatado sobre cada um deles [...]. Diante dos fatos mencionados a respeito dos acontecimentos e das discussões nesse momento tão importante de avaliação, em momento algum, a reunião foi redirecionada para analisar outros aspectos como objetivo de ensino, metodologias, estratégias, forma de relacionamento familiar, novas propostas curriculares entre outras. [5] (p. 6)

Ainda em outra pesquisa sobre avaliação e conselho de classe sob o foco da avaliação formativa do Colégio de Aplicação da UFPE [6], a autora levanta várias tendências e práticas contrárias aos objetivos cultivados pelos estudos sobre conselho de classe. É possível perceber, a partir dos textos lidos, que o conselho de classe não é uma instância simples de se conduzir e que ainda apresenta concepções e formas de condução contrárias ao objetivo máximo da escola, que consiste em proporcionar a educação integral dos (as) alunos (as).

O destaque de alguns aspectos recorrentes em conselhos de classe sobre “o que não se deve fazer” ou o que “o conselho não pode ser” não pode ser esgotado nesse texto, portanto, nos ateremos ao que, em tese, deve ser o conselho de classe, seus objetivos e finalidades, assim como quais as concepções voltadas à formação e ao benefício do estudante: a melhora e o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Conselho de classe: reflexão e avaliação

Dos autores pesquisados, a descrição do funcionamento prático do conselho de classe consiste em uma instância colegiada na qual se reúnem, em primeira ordem, professores, direção e coordenações. Para [19],

O Conselho de classe é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos. [19] (p. 31)

Segundo [5]:

O Conselho de classe é uma reunião dos professores da turma com múltiplos objetivos, entre outros destacamos: avaliar o aproveitamento dos alunos e da turma como um todo; chegar a um conhecimento mais profundo do aluno e promover a integração dos professores e dos outros elementos da equipe da escola. [5] (p. 03)

Muitos autores chamam a atenção para o conselho de classe como uma esfera estruturante de avaliação coletiva de todo o processo pedagógico e não apenas dos (as) alunos (as) e, principalmente, como instância colegiada com a função de democratizar as relações e as decisões escolares. Nesta direção, a participação de pais, alunos e funcionários são vistas como polêmicas, havendo grande resistência por muitas escolas que defendem um discurso democrático, mas que realizam uma prática autoritária e/ou antidemocrática.

A esfera avaliativa do conselho de classe abrange todo o processo de ensino e aprendizagem, [14] traz uma importante contribuição quando coloca o conselho de classe como uma instância avaliativa conduzida pela reflexão das experiências de ensino e aprendizagem:

O conselho de classe é uma atividade em que a avaliação é constituída a partir das experiências vividas na sala de aula. A construção da avaliação é feita através da oportunidade de rever métodos, uma vez que, os professores juntamente com o coordenador pedagógico refletem sobre os acontecimentos escolares e juntos



analisam a atitude a ser tomada (Dalben, 2004). Sendo assim, o foco é a troca de experiências e a reflexão antes da decisão, enfatizando a transformação da ação (Liberali, 1998). [14] (p. 7)

Diversos pesquisadores ressaltam o papel avaliativo e, principalmente, reflexivo do conselho de classe, porém, dentre os autores pesquisados, [14] discute sobre o conceito de reflexão, seguido pela necessidade da ação para a transformação e estabelece o conselho de classe como o espaço, por excelência, para a reflexão-ação:

Compartilhando o mesmo pressuposto, Liberali (1994, 2000,2004) argumenta que refletir é um ato consciente que leva a revisar crítica e racionalmente aquilo que se faz, objetivando a reformulação da ação e sendo assim, entende-se que a atividade conselho de classe, como um espaço propício para a reflexão, não refletir só para avaliar, mas para repensar novas atitudes e posicionamentos. [14] (p. 9)

A autora afirma, ainda, contribuindo nesta esfera, que a reflexão não consiste em apenas um processo individual, mas que está ligada e relacionada aos contextos e às interações, proporcionando ao indivíduo um mergulho nas próprias experiências, sendo “integrada significativamente através de situações e argumentações que possibilitem ao ser humano interpretar a realidade concreta em que vive, organizando as suas experiências” [14] (p. 9).

Nessa perspectiva, o conselho de classe caracteriza-se por ser um espaço de reflexão para avaliar e repensar novas práticas, atitudes e posicionamentos. Em relação ao incontestável papel avaliativo do conselho de classe, este se configura como uma instância avaliativa no sentido crítico reflexivo, como citado anteriormente e não como uma instância que ratifica resultados classificatórios que os professores já têm e já trazem pronto para as reuniões.

Sobre o papel avaliativo do conselho de classe, concordamos com [15], ao sustentar

que tem como uma de suas atribuições avaliar os resultados e práticas do processo ensino-aprendizagem posicionar-se ante aos diagnósticos e corresponsabilizar-se, enquanto participe dos planejamentos pedagógicos, pela proficiência dos alunos. Considerou-se que, neste patamar, o aluno não é o único avaliado, mas também, o professor, os especialistas (supervisor e orientador) e o diretor (enfim, toda equipe pedagógica). Sob este prisma, avalia-se também a instituição e a qualidade do trabalho que esta desenvolve. [15] (p.17)

O processo avaliativo escolar é um dos pilares da educação e do processo de ensino e aprendizagem e levanta diversas reflexões. A instituição escolar necessita discutir, constantemente, suas concepções, processos e instrumentos avaliativos a fim de garantir que toda a comunidade escolar compreenda a avaliação como um aspecto central no desenvolvimento do conhecimento pelos estudantes, na melhoria da prática pedagógica dos (as) professores (as) e do trabalho de toda a escola.

Na literatura consultada, foram levantados alguns aspectos sobre o intrincado, complexo e controverso processo avaliativo nas escolas. Primeiramente, consideramos importante que a comunidade conheça, minimamente, as diversas concepções de avaliação praticadas pela escola e professores (as). E como os pais e/ou responsáveis podem refletir e analisar, para propor alternativas outras que contribuam para as transformações necessárias nos processos avaliativos e, conseqüentemente, na escola, junto com os demais atores (professores, coordenação, direção e equipe pedagógica).

Em relação aos conceitos e às concepções de avaliação, [6] ressalta que, entre os estudiosos sobre o tema, nem sempre há consenso, havendo diversas definições e formas de compreender a avaliação, sendo ainda objeto de muita reflexão. Porém, alguns aspectos tornam-se centrais nos estudos sobre avaliação: a definição dos objetivos, o objeto da avaliação



escolar, e as controversas formas de avaliar voltadas para a medição do desempenho cognitivo dos alunos *versus* a concepção de avaliação como um processo de negociação, mediação, diagnóstica etc.

Importa destacar que a ação do aluno e a do professor no processo de ensinar e aprender estão sempre sendo postas em xeque por diferentes correntes que debatem e defendem a avaliação da aprendizagem escolar. [6] (p. 775)

Portanto, a definição de avaliação⁴ na sua aplicabilidade, seus instrumentos, e o que ela possibilita em termos de melhoria no processo pedagógico, não são estáticos e nem estanques, assim como a sociedade, necessitando estar sempre sendo revisitada, repensada e refletida.

Sobre a dicotomia sempre em pauta, quando nos referimos à avaliação, temos de um lado:

A concepção de avaliação que aponta para os atos de aprovar ou reprovar o aluno, com base em um registro numérico, são procedimentos nos quais o professor assume o papel de juiz, ao utilizar-se de provas, consubstanciado por mecanismos de verificação da aprendizagem de conteúdos específicos, num determinado momento do processo. Assim, entende-se que existe uma visão reduzida e equivocada do processo de avaliação, já que a nota, produto concreto dessa aferição, reflete apenas o resultado do desempenho cognitivo do aluno e nunca o processo educativo que o levou a tal resultado. [8] (p. 4)

Esta concepção de avaliação é o que [6] chama de avaliação somativa em contraste com a avaliação formativa. A avaliação somativa, segundo a autora, pode ser considerada como inadequada ao ambiente escolar, pois se apoiam “especificamente nas subfunções de seleção e certificação” [6] (p. 771), pois,

só tem serventia em contextos de disputa ou de concorrência quando as aprendizagens dos candidatos são avaliadas para fins de provisão de vagas ou para concessão de credenciamentos para execução de obras pública. [6] (p.771)

Em uma concepção oposta à avaliação somativa, coloca-se a formativa que, nas palavras de [6] (p.776), se caracteriza:

por um processo de interpretação-intervenção sobre o desenvolvimento do ensino-aprendizagem com a finalidade de garanti-lo, de aprimorá-lo, redirecioná-lo, enfim, de dar condições efetivas para que o ensino e a aprendizagem ocorram com sucesso. [6] (p.776)

A avaliação formativa dá-se com o objetivo de acompanhar os (as) alunos (as) e de forma contínua e permanente, buscando o desenvolvimento integral. Em sua pesquisa, [6] (p. 777) cita outros termos e tipos de avaliações mais específicas, como a avaliação inicial, que consiste em tomar ciência do estágio em que o aluno se encontra sobre determinado conhecimento; a avaliação reguladora, que verifica como o aluno aprende e coloca-se perante a novos desafios; a avaliação final, que corresponde ao que o estudante adquiriu ou desenvolveu de acordo com seus conhecimentos iniciais. A autora destaca, ainda, a avaliação vista sob uma ótica dialógica, interativa e mediadora do processo de ensino e aprendizagem.

⁴ Considerando a vasta literatura sobre este tema, indicamos:

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. In. **Avaliação de aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2003.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação**: novos tempos, novas práticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.



Independentemente das denominações dadas por pesquisadores e teóricos da área, deve-se compreender a avaliação escolar de forma mais ampla, destacando seus objetivos e delineando, claramente, a sua aplicabilidade na escola. Importante destacar que

no decorrer do tempo e dos contextos históricos e sociais, a avaliação sofreu significativa evolução, deixando de considerar o aluno como único objeto, passando a avaliar os programas, o currículo, as escolas e os professores, movimento considerado bastante relevante, pois passou a entender a avaliação como um elemento da prática pedagógica capaz de subsidiar a melhoria da educação. [6] (p. 776)

Diante de tal contexto, é mister ressaltar que este texto não tem a intenção de fazer um estudo aprofundado sobre avaliação, e sim, levantar alguns aspectos importantes que sustentam o conselho de classe, e o processo avaliativo, definitivamente, é um deles. Colocando noutros termos, a avaliação consiste em conhecer o aluno: o que ele sabe, como se processam as informações e como é construído o conhecimento a partir daí. Significa conhecer e conscientizar-se da forma como o professor ensina, e se esta é a maneira ideal para aquele ou aqueles estudantes construírem seus conhecimentos. Avaliar significa observar se os valores, as concepções de aluno, de diversidade, de democracia, de interação, coletividade, dentre outros importantes aspectos que permeiam a escola, estão coerentes com a comunidade escolar. E não apenas isso. Avaliar significa refletir, discutir e tomar decisões em relação ao que não deu certo, ao que não funciona etc. Somente considerando o processo avaliativo como um gatilho para mudanças – para melhor – é que a escola começará, efetivamente, a se modificar.

Em vários estudos, o conselho de classe é teoricamente construído como um amplo espaço de avaliação de toda a escola, não apenas do rendimento do aluno, mas de todo processo pedagógico e que vai muito além do ensino e aprendizagem dentro das paredes da sala de aula. O conselho de classe constitui-se como uma instância que avalia para refletir e traçar novos caminhos, propostas, projetos, sendo necessário discutir e colocar em reflexão procedimentos metodológicos, instrumentos e processos avaliativos, condutas e concepções de ensino e aprendizagem.

Aos professores é necessária a apresentação dos processos e instrumentos avaliativos utilizados na prática da sala de aula, demonstrando claramente os objetivos, habilidades e competências a serem alcançados pelos estudantes, assim como a constatação de que estas foram alcançadas ou não pelo estudante. Portanto, o conselho de classe não pode se resumir em simplesmente aferir se o aluno alcançou ou não tal habilidade ou competência, mas principalmente, em quais estratégias a escola, na sua totalidade e em uma concepção coletiva e de equipe, irá traçar para que o aluno atinja, efetivamente, tais aprendizados.

À equipe pedagógica deve-se a função de proporcionar a costura entre as observações e constatações dos professores das diferentes turmas e disciplinas, buscando construir uma visão mais ampla através da fala e da experiência individualizada de cada professor,

O coordenador pode, então, estimular os professores a verbalizarem as suas experiências, uma vez que através dessas enunciações demonstram como está sendo construída a avaliação dos alunos. [14] (p. 7).

A equipe pedagógica tem também o papel de auxiliar o corpo docente a realizar os planejamentos e encaminhamentos futuros para as transformações necessárias. Soma-se a essa busca por uma visão totalizante as observações extraclasse realizadas por funcionários que contribuem para a formação dos alunos fora das paredes da sala de aula como os supervisores (a), porteiros (as), cantineiros (as), etc. A equipe pedagógica deve também conduzir os docentes a uma autoavaliação reflexiva sobre o trabalho pedagógico, além de proporcionar a formação continuada dos docentes e funcionários.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir deste estudo, surge a necessidade de repensar, de forma mais aprofundada, sobre o papel do conselho de classe no Colégio de Aplicação da UFAC no seu funcionamento prático e, como ele se articula com as demais esferas do Colégio, além do ensino, como a pesquisa, a extensão, formação de professores, e principalmente, como ele pode auxiliar na participação da comunidade nas tomadas de decisões da escola.

Percebe-se a complexidade da temática do conselho de classe como palco de disputas políticas e ideológicas dos diversos atores que têm produzido impactos e que requerem a reflexão dos envolvidos. Nesse contexto, chama a atenção da tensão vivenciada por escolas que tendem a resistir à participação de pais e alunos, comprometendo o projeto de gestão democrática.

Outro aspecto diz respeito à manutenção da concepção enraizada do modelo conteúdo/método nos trabalhos desenvolvidos pelo conselho, sem uma discussão mais ampla do papel da avaliação, das práticas pedagógicas, do Projeto Político-Pedagógico e de tomada de rumos que, efetivamente, contribuam para a melhoria efetiva do ensino e aprendizagem.

Retomando os objetivos propostos, temos que há a necessidade de participação da comunidade escolar na construção e avaliação dessa instância como suporte na reflexão sobre as práticas avaliativas, visando à melhoria das aprendizagens e do trabalho dos professores. Todavia, compreender o conselho de classe incide numa visão sistêmica de escola, onde este está articulado ao Regimento Interno e Projeto Político-Pedagógico.

No caso específico do CAP/UFAC, é possível e desejável frente à recente aprovação da BNCC [2], repensar o Projeto Político-Pedagógico [3], o Conselho de Classe e o Regimento Interno [4], que ora se encontra em fase de reformulação. Trata-se, pois, de construir de forma colaborativa a unidade de ação dessas instâncias, a favor de um projeto de colégio que atenda os interesses de toda a comunidade, constituída de forma legítima e democrática por via do sorteio público.

Entendemos que este estudo teve limitações, pelo fato de não termos condições de aplicar questionários membros da Comunidade Escolar para que apresentassem suas visões sobre como veem o conselho de classe, o papel nas discussões relativas ao ensino e aprendizagem dentre outros aspectos. Todavia, acreditamos que o estudo não se esgota, mas abre outras possibilidades, dentre as quais: Como as discussões no conselho de classe impactam na melhoria das práticas pedagógicas dos(as) professores(as) ou Como os (as) alunos(as) percebem o conselho de classe na melhoria de sua aprendizagem. Enfim, tem-se um leque de possibilidades de estudos de pesquisa sobre o tema.

CONCLUSÃO

Em caráter conclusivo, retomamos questões inicialmente apontadas: quais são os objetivos e finalidades do conselho de classe? Como ele funciona? Como deve ser conduzido? Quem deve participar? Quem são os sujeitos e as práticas a serem avaliados? Quais as concepções de ensino e aprendizagem devem ser construídas e alimentadas?

Conclui-se que de acordo com a literatura consultada e analisada, o conselho de classe é uma instância conduzida, na maioria dos artigos, de forma equivocada, portanto, é um tema que surge nas pesquisas como consequência da urgente necessidade de se repensar as conduções deste.

Retomamos e ressaltamos as observações de [5] (p. 6) quando o autor descreve que na maioria das escolas, o que se pode observar durante os conselhos de classe, é que o foco principal incide principalmente sobre o rendimento e o comportamento do aluno, objetivando a



aprovação ou reprovação do estudante, de acordo com o que está sendo relatado sobre cada um deles: "em momento algum, a reunião foi direcionada para analisar outros aspectos como objetivo de ensino, metodologias, estratégias, forma de relacionamento familiar, novas propostas curriculares entre outras", ou seja, somente o estudante é avaliado e não o processo de ensino e aprendizagem como um todo.

O conselho de classe surge como mais uma instância que tem como objetivo consolidar a gestão democrática da escola através da avaliação desta em todos os seus âmbitos: suas concepções, suas práticas, sua missão, os processos pedagógicos e de ensino e aprendizagem, e portanto, por envolver toda a escola deve ser conduzido com a participação de representantes de toda a comunidade escolar, um espaço onde se entrecruzam as visões das diversas esferas e níveis de funcionamento da escola como intuito de ampliar as compreensões de toda a comunidade escolar sobre a mesma.

Em relação às concepções de ensino e aprendizagem a serem trazidas e pensadas no âmbito no conselho de classe, é necessário refletir sobre as concepções que estão sendo nutridas na escola, levando em conta as características sociais e culturais desta. Além do mais, considerando o conselho de classe como uma instância avaliativa no seu sentido amplo, é necessário a instituição escolar estar sempre retomando e repensando seus processos e suas concepções sobre a avaliação.

Estes autores acreditam em uma concepção de avaliação que esteja preocupada em acompanhar os alunos de forma contínua e permanente, buscando seu desenvolvimento integral. Nesta concepção, a avaliação deve-se preocupar em situar os processos de ensino e aprendizagem do estudante para ser constantemente reformulado e readaptado e não apenas medir seu desempenho através da dimensão cognitiva.

Igualmente importante, sustentamos a ideia de que é necessário que os docentes se envolvam objetivamente e que se deve estipular critérios avaliativos para substituir apreciações subjetivas sobre os estudantes que possuem dificuldades de aprendizado, tornando-se "vulneráveis às decisões do conselho, favorecendo seu fracasso escolar e sua exclusão do ensino fundamental e do sistema educacional". [7] (p. 215). Os resultados e as práticas do processo de ensino-aprendizagem dos docentes devem também ser objetos de reflexões críticas e devendo ser avaliados e autoavaliados, possibilitando um posicionamento ante aos diagnósticos e responsabilizando-se pela proficiência dos alunos [15] (p.17).

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.
- [2] BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 de junho de 2020.
- [3] CAP/UFAC. **Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação da Ufac**: 2013-2016. Rio Branco: UFAC/CAP, 2017. 90 p.
- [4] CAP/UFAC. **Regimento Interno do Colégio de Aplicação da Ufac** - 1981. Rio Branco: UFAC/CAP, 1981. Texto Impresso 30 páginas.
- [5] CORREA, Ronaldo da Silva; SILVA, Vanilda Alves da. CONSELHO DE CLASSE: Algumas considerações. **Anais... III CONEDU**, V. 1., Natal, RN, 2016.
- [6] MAGNATA, Rúbia Cavalcante Vicente; DOS SANTOS, Ana Lúcia Felix. Avaliação formativa da aprendizagem: a experiência do conselho de classe. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 26, n. 63, p. 768-802, 2015.



- [7] MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 215-228, 2005.
- [8] OLIVEIRA, Marcia. **O papel do conselho de classe na escola pública atual**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2199-6.pdf> . Acesso em: 24 de junho de 2020.
- [9] DOS SANTOS, Almir Paulo. Aluno sujeito da avaliação: conselho de classe participativo como instância de reflexão. **Roteiro**, v. 35, n. 2, p. 299-317, 2010.
- [10] BUCHWITZ, Tânia Maria de Almeida. **Conselho de classe e série: tensões, acertos e desacertos na construção da gestão democrática**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Paulo, 2007.
- [11] CABRAL, Maria José Alves. **Conselho de classe e série na escola pública como instrumento de exclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNISAL. Americana, São Paulo, 2011.
- [12] CAMACHO, Martha Janete Vita. **Conselho de classe e série participativo: difícil aprendizagem para uma prática democrática**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2010.
- [13] DEBATIN, Marisa. **O conselho de classe e sua relação com a avaliação escolar: um estudo em escolas da Rede Pública Estadual de Ensino de Florianópolis/SC**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- [14] GUERRA, Mônica Galante Gorini. **Conselho de classe: que espaço é esse**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- [15] LOPES, Marília Soares Ricardo. **Conselho de Classe: o funcionamento de um espaço Político-Pedagógico a ser ressignificado**. Dissertação. 2016. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais.
- [16] PEREIRA, Sueli Thodorof. **Os conselhos de classe e série participativos das escolas estaduais paulistas: possibilidades e limites**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Paulo, 2007.
- [17] RODRIGUES, Isabel Cristina. **Os ciclos e os conselhos de classe: o êxito e o fracasso escolar (ainda) em questão**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- [18] SILVA, Roberta Alves da. **Conselho de Classe no CEPAE/UFG: implicações para a avaliação da aprendizagem e a organização do trabalho pedagógico**. Dissertação. 2018. (Mestrado Profissional em Ensino da Educação Básica). Universidade Federal de Goiás. Goiás.
- [19] DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas: Papyrus, 2004.